



8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas

Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Educação e Política Social.

A Permanência Estudantil no IFMT: algumas experiências profissionais

Soraide Isabel Ferreira¹
Alessandra Ferreira Mota²
Dilma Ferreira Leite³

Resumo: O exercício profissional das Assistentes Sociais na Política de Educação Profissional e Tecnológica busca contribuir para a permanência dos estudantes nas suas instituições de ensino. Considerando que a permanência estudantil é diretamente impactada pelos pressupostos do projeto neoliberal, apresentamos um breve relato de experiência a partir do desenvolvimento do exercício profissional das Assistentes Sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), frente ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Os resultados mostram que não se trata de uma experiência livre de contradições, mas sim repleto de desafios profissionais, o que requer uma leitura ampliada de realidade com vistas à viabilização e à ampliação dos direitos sociais.

Palavras-chave: Educação; Assistência estudantil; Exercício profissional; Permanência.

Student Residence at IFMT: some professional experiences

Abstract: The professional practice of Social Workers in the Professional and Technological Education Policy seeks to contribute to the permanence of students in educational institutions. Considering that student residence is directly impacted by the assumptions of the neoliberal project, we present a brief experience report from the development of the professional practice of Social Workers of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso (IFMT), in front of the National Program for Student Assistance (PNAES). The results show that it is not an experience free of dilemmas and contradictions, but full of professional challenges, which requires an expanded reading of reality with a view to making viability and the expansion of social rights.

Keywords: education; student assistance; professional practice; permanence

1. Contexto histórico da Assistência Estudantil: breves considerações

O entendimento da Educação, enquanto direito de todos foi incorporada com a Constituição Federal de 1988 e reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação –

¹ Mestra em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), *campus* Cuiabá. Email: ysa.ferreira21@gmail.com

² Especialista em Pedagogia Social e elaboração de Projetos pela Universidade Candido Mendes e Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), *campus* Pontes e Lacerda. Email: alessandramota.24@hotmail.com

³ Especialista em Política Social pela Faculdade Cenecista de Rondonópolis (FACER) e Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), *campus* Rondonópolis. Email: dilma_roohta@hotmail.com

LDB – Lei nº 9.394/1996, que em seu artigo 3º, inciso I, aponta como um dos seus princípios, “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996), com esse entendimento a Educação seria um direito de todos. Contudo, em que pese tais preceitos legais, constata-se que os desafios para a concretização efetiva deste princípio, são notadamente decorrentes da desigualdade social que têm dificultado e/ou inviabilizado o acesso aos estudantes de baixa renda à educação (PAURA, 2013).

Em busca da garantia à educação, o Decreto nº 7.234/2010 instituiu a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que tem como finalidades: ampliar as condições de permanência dos estudantes com dificuldades econômicas, buscando democratizar as condições e permanência; minimizar os efeitos das desigualdades sociais; reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para promoção da inclusão. Para tanto, busca aumentar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, oferecendo uma série de modalidades assistenciais que visam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, de modo a contribuir com o processo de formação dos estudantes.

Entretanto, ao mesmo tempo em que o PNAES estabelece uma série de ações a serem realizadas, não oferece recursos financeiros suficientes para atender todas essas ações, deixando a critério das instituições de ensino decidir quais modalidades irão ofertar e qual metodologia irá usar na seleção dos estudantes a serem beneficiados. Assim, ao pensá-lo enquanto mecanismo de acesso e permanência dos estudantes na Educação Pública nos impõe uma série de determinações sociais que dificultam a sua efetivação.

Isto decorre do modelo de sociedade capitalista que baseada na ideologia neoliberal, a qual propaga os interesses da classe dominante, busca constantemente minimizar os direitos sociais já conquistados pelas lutas dos movimentos sociais e pela classe trabalhadora, a maior demandante dos serviços sociais

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes” (MÉSZÁROS, 2008, p. 15).

Ainda que os discursos na sociedade capitalista sejam destinados às novas oportunidades de ensino e de profissionalização, notamos a transformação de uma política

pública em uma rentável mercadoria, mascarando a real finalidade da Educação seja pública ou privada. A Política de Educação enquanto direito universal, capaz de possibilitar ações de transformação da sociedade, se perde diante da lógica capitalista.

Nesse cenário, apresentamos, um breve relato de experiência, constituinte do trabalho desenvolvido junto ao Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, realizado pelas Assistentes Sociais que atuam no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, nos anos de 2017 e 2018, que também foram relatadas por outras profissionais que participaram dos Fóruns Estaduais da Assistência Estudantil promovido pela Pró-Reitoria de Ensino do IFMT, nesses dois anos, cujo objetivo é contribuir para a permanência dos estudantes nessa instituição.

Embora a operacionalização do exercício profissional das Assistentes Sociais no IFMT frente ao PNAES objetive contribuir para o acesso e a permanência dos estudantes, por meio da construção de estratégias que possibilitem a viabilização dos direitos sociais, observamos a partir da nossa experiência profissional que sob o prisma da ofensiva neoliberal, tal exercício é diretamente impactado pelos pressupostos do neoliberalismo, que impõe condições objetivas de trabalho na qual esse fazer profissional se efetiva nos *campi* do IFMT, dos quais destacamos: Pontes e Lacerda e Rondonópolis, localizados respectivamente nas regiões: Oeste e Sul do estado de Mato Grosso.

Diante disso, ainda que de modo breve, buscamos relatar nossa experiência pautada numa perspectiva histórico-crítica, de tal modo que situa alguns elementos que perpassam a atuação profissional, ao mesmo tempo em que buscamos problematizar os condicionantes conjunturais e institucionais que circundam o trabalho junto ao PNAES.

Para tanto, situamos o marco de implantação do Programa de Assistência Estudantil aprovado no âmbito do IFMT em 2012 (Resolução nº 002/2012) e regulamentado em 2017 (Resolução nº 094/2017) como política, com o principal objetivo de democratizar as condições de permanência dos estudantes minimizando os efeitos das desigualdades sociais, reduzindo as taxas de retenção e evasão para favorecer a inclusão social pela educação. Tais objetivos visam atender os filhos da classe trabalhadora, com destaque para famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio e estudantes oriundo de escola pública.

2. A permanência estudantil no IFMT: alguns relatos de experiência

Ao longo dos 10 (dez) últimos anos, o Serviço Social tem sido demandado a atuar no IFMT, com a notória requisição institucional de atuar no PNAES, desenvolvendo ações junto aos auxílios estudantis destinados aos estudantes em situação de vulnerabilidade. Dada a complexidade da Assistência Estudantil que não se limita a concessão de auxílios financeiros, conforme demonstrado em diversos estudos sobre essa temática dos quais destacamos (MOTA, 2018), julgamos relevante apresentar nosso relato de experiência como Assistentes Sociais desse espaço educacional junto à PNAES, sinalizando para a permanência estudantil, no período de 2017 e 2018.

Acreditamos que nossa experiência profissional torna-se importante para impulsionar e propor práticas profissionais reguladas numa concepção de educação que coerente com o Projeto Ético-Político oriente o exercício das profissionais de Serviço Social na Educação. Assim, buscamos estabelecer em nosso cotidiano profissional uma relação com o “Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação (2013)”, que contribui para as particularidades do exercício profissional das Assistentes Sociais na referida política pública, das quais destacamos o desafio da permanência estudantil no espaço escolar diante do contexto político e ideológico de ofensivas neoliberalistas. Não se trata de uma experiência livre de dilemas, mas sim repleto de desafios profissionais.

2.1 *Campus Pontes e Lacerda*

O *campus* Pontes e Lacerda, localizado na região Oeste de Mato Grosso atualmente oferta Ensino Médio Integrado (Técnico em Informática, Técnico em Controle Ambiental e Técnico em Administração); Subsequente (Eletrotécnica e Química); Ensino Superior (Bacharelado em Administração, Comércio Exterior, Redes de Computadores, Eletrotécnica Industrial e Licenciatura em Física) Proeja (Comércio) e Pós-graduação *Latu Sensu* em Linguagem e Literatura.

No que se refere ao Programa de Assistência Estudantil no IFMT *campus* Pontes e Lacerda, destacaremos os processos seletivos de 2017 (Editais 04/2017 e

07/2017) e de 2018 (Edital 05/2018), com o propósito de mostrar o processo de permanência dos estudantes nessa instituição de ensino.

No período letivo de 2017, os dois processos de seleção totalizaram 129 inscrições. Ao total foram contemplados 96 discentes do ensino: Médio/Integrado, Subsequente e Superior, sendo 46 com Auxílio-Alimentação, 46 com Auxílio-Transporte e 4 com ambos auxílios. No decorrer desse ano letivo, do total geral de selecionados, houve 3 evasões, o que representou quantitativamente 3,12%. Assim, 96,88% dos bolsistas concluíram o ano letivo.

Já no ano de 2018, foram beneficiados 97 estudantes do: Médio/Integrado, Subsequente e Superior, sendo 48 com Auxílio-Alimentação, 46 com Auxílio-Transporte, 3 com ambos auxílios, 4 com Auxílios Emergenciais e 17 com Auxílio Monitoria. Destaca-se que durante o ano letivo de 2018, do geral de selecionados, 6 evadiram, ou seja, aproximadamente 5,08%. Isso significa que, quantitativamente, 94,91% dos estudantes que receberam um dos auxílios supracitados, permaneceram nessa instituição.

Nesses dois anos, pode-se considerar que não houve uma “evasão tão elevada”, no entanto, evidentemente, tais informações requerem uma análise mais aprofundada acerca do real alcance da Política de Assistência Estudantil nesse *campus*.

Faz-se necessário pontuar que as condições de trabalho, expressas pelo quantitativo de recursos humanos dificultam o acompanhamento mais efetivo dos bolsistas. A falta de comprometimento dos membros da Comissão Local de Assistência Estudantil, acabam limitando as ações das Assistentes Sociais nessa área, inviabilizando o desenvolvimento de outras ações de enfrentamento das expressões da questão social.

2.2 *Campus Rondonópolis*

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – *Campus Rondonópolis* localiza-se na região Sul do estado de Mato Grosso, a 215 km da capital, Cuiabá. A referida instituição de ensino oferta Ensino Médio Integrado (Técnico em Química, Técnico em Secretariado, Técnico em Informática e Técnico em Alimentos); Subsequente (Química); Ensino Superior (Licenciatura em Ciências da Natureza e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas) e Proeja (Administração).

Quanto ao Programa de Assistência Estudantil no IFMT *campus* Rondonópolis, situaremos os processos seletivos dos anos de 2017 (Editais 08/2017 e 12/2017) e de 2018 (Editais 06/2018 e 13/2018), com a intenção de demonstrar o processo de permanência dos estudantes nessa instituição.

No período de 2017 e de 2018, os quatro processos seletivos selecionaram 130 estudantes, sendo contemplados 70 estudantes do Ensino Médio Integrado com Auxílio-Alimentação e 10 com Auxílio-Alimentação e Auxílio-Transporte, e 50 estudantes do Subsequente, do Superior e do Proeja beneficiados com Auxílio-Alimentação.

Do total geral de alunos contemplados nesses dois anos, é interessante mencionar que o quantitativo de estudantes evadidos totalizaram também em 6, representando uma taxa de 4,62%. Assim, afirma-se que 95,38% de estudantes beneficiados permaneceram no respectivo *campus*.

É importante ressaltar a relevância da Assistência Estudantil como mecanismo que contribui para a permanência dos estudantes no *campus* Rondonópolis. Contudo, torna-se necessário uma reflexão sobre sua efetivação nessa instituição, problematizando-a para além do recebimento dos auxílios estudantis, visto que ela perpassa outros aspectos como: sociais, políticos e culturais. Fatores estes, que tem comprometido a efetivação da permanência com êxito dos estudantes nesse *campus*. Desta forma, trata-se de uma demanda institucional complexa e ao mesmo tempo uma demanda profissional desafiadora para o exercício profissional da Assistente Social, pois envolve não somente a legitimação de um direito, mas também sua viabilização como direito.

3. Tecendo algumas considerações sobre os resultados das experiências profissionais

A partir do desenvolvimento do exercício profissional relatadas no campo da assistência estudantil, segue a tentativa de delinear breves considerações experienciadas pelas Assistentes Sociais do IFMT no atendimento às demandas estudantis durante o período de 2017 e 2018.

Conforme relatado, nos *campi* de Pontes e Lacerda e Rondonópolis tem sido desenvolvido um trabalho das profissionais do Serviço Social junto a Assistência Estudantil. Por meio desse trabalho, observamos que as principais demandas

institucionais têm centralizado o exercício profissional das Assistentes Sociais nas ações que envolvem o PNAES, instituído em 2010, visando garantir o acesso e a permanência dos estudantes devidamente matriculados nas Instituições Federais de Ensino, bem como prevenir situações de abandono e de repetência escolar oriundos de condições de pobreza. Isso tem sido debatido nos Fóruns Estaduais da Assistência Estudantil promovido pela Pró-Reitoria de Ensino do IFMT nos anos de 2017 e 2018.

De modo geral, podemos dizer que o exercício profissional na Assistência Estudantil, centraliza-se na análise socioeconômica dos candidatos e no acompanhamento dos estudantes bolsistas – etapas que sintetizam a complexidade das ações que a envolvem. Cabe notar que no “Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” (2013), requer um trabalho voltado para o processo de acesso e de permanência dos estudantes na escola.

Considerando que as demandas institucionais referentes à Assistência Estudantil “[...] dependem de prévio recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas” (IAMAMOTO, 2008, p. 421). Essa lógica acaba reforçando a assistencialização no exercício profissional das Assistentes Sociais, voltando-se para um caráter seletivo e de enquadramento dos mais pobres. Assim consideramos que o exercício profissional das Assistentes Sociais no IFMT voltado para a permanência estudantil tem se dado na execução terminal das políticas, cujo formato limita ou potencializa a sua ação profissional. Neste sentido,

[...] o padrão atual de políticas sociais privatista, mercantilista e assistencialista, que fragmenta, segmenta e setoriza as necessidades e categorias sociais, predispõe um tipo de intervenção: pontual, focalizada, imediata, burocrática, mimétrica, repetitiva, pragmática e eminentemente instrumental, exigindo pouca qualificação para responder às demandas imediatas, condicionando o exercício profissional às características e dinâmica do cotidiano e se limitando a ele (GUERRA, 2012, p. 52-53).

O exercício profissional das Assistentes Sociais “[...] é necessariamente mediada pelas requisições e demandas que expressam os interesses tanto daqueles que o contratam como trabalhador assalariado, como dos próprios usuários [alunos]” (TORRES, 2017, p. 8). Dessa forma, as profissionais são requisitadas para atuar na análise dos critérios estabelecidos nos editais da Assistência Estudantil. Isso nos leva a

problematizar algumas ambiguidades presentes no exercício profissional, como: o descompasso entre o acesso ao direito e os critérios seletivos; o enquadramento das necessidades dos estudantes às determinações estabelecidas nos auxílios estudantis.

Ainda assim, Silva (2012, p.17) afirma que não podemos “[...] reduzir a atuação do profissional de Serviço Social à instituição de uma Política de Assistência Estudantil. Essa é uma das dimensões e não podemos nos reduzir a ela”. No entanto, as experiências profissionais mostram que o trabalho na Assistência Estudantil tem se limitado à concessão de auxílios financeiros, sendo muitas vezes, silenciados os aspectos humanos que envolvem os estudantes, bem como outras medidas necessárias para sua permanência nessa instituição.

Temos que a expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil trouxe significativos avanços. Entretanto, precisamos considerar que passa a ingressar no âmbito do IFMT estudantes com um novo perfil como: oriundos de outras cidades e Estados; pertencentes às camadas mais populares; provenientes de escolas públicas; vulneráveis sociais e economicamente; negros, deficientes, indígenas e quilombolas, diversidade sexual, religiosa, étnico-racial, ou seja, as demandas assumiram um caráter para além da seleção socioeconômica para a concessão de auxílios estudantis.

Conforme dados coletados na Plataforma Nilo Peçanha, nos últimos anos têm havido uma progressiva diminuição nos investimentos na área da Educação do IFMT, o total de investimento em 2017 foi de 19.043.290,00, já em 2018 esse número caiu para 17.526. 795,00. Com esses cortes, a Política de Assistência Estudantil tem sido seriamente impactada, sendo os estudantes os maiores afetados, pois com falta de investimento, tornam-se necessário diminuir a quantidade de bolsas ofertadas. Diante desse quadro de recursos insuficientes, fica a cargo das Assistentes Sociais a difícil tarefa de selecionar por meio da Assistência Estudantil os alunos mais vulneráveis dentre os já vulneráveis.

Tabela 1 – Estudantes matriculados e estudantes bolsistas – 2017 e 2018

Ano	Campus	Total de estudantes matriculados	Total de Bolsistas de Auxílios Estudantis	Total de Bolsistas evadidos
2017	Pontes e Lacerda	1.494	96	3

	Rondonópolis	1.066	130	6
2018	Pontes e Lacerda	1283	118	6
	Rondonópolis	964	130	6

Fonte: Elaborado pelas Autoras, com base nos dados da Plataforma Nilo Peçanha (2019) e com base nos dados da Assistência Estudantil (2017 e 2018).

Os dados demonstram que o número de estudantes bolsistas é muito reduzido quando comparado com o número de estudantes matriculados, o que nos leva a afirmar que o parco investimento orçamentário tem resultado na oferta de poucas vagas para a Assistência Estudantil, a qual ainda não conseguiu atender de forma universal os estudantes que necessitam do recebimento de um auxílio para se manterem na instituição de ensino. É importante observar se que, nos processos de seleção dos auxílios estudantis, há um índice maior de alunos inscritos, porém o quantitativo de bolsas ofertadas é insuficiente para contemplar todos os candidatos que atendem os critérios previstos nos documentos que subsidiam à Assistência Estudantil.

Em consequência disso, a Política de Assistência Estudantil tem se tornado cada vez seletiva e focalizada, com muitos critérios para a inserção dos estudantes, que acabam por excluir, quando deveria promover a inclusão dos necessitados socioeconomicamente. A Seleção entre os vulneráveis os mais vulneráveis para o recebimento do auxílio significa privá-los das condições de permanência que esse Programa tem como objetivo oferecer.

Além dos recursos financeiros insuficientes, ressaltamos que o exercício profissional das Assistentes Sociais em prol da permanência dos estudantes é diretamente impactado pela insuficiência do número de profissionais do Serviço Social que se limita a uma por *campus* independente do quantitativo de estudantes matriculados. Embora reconheçamos a necessidade de atuarmos para além das ações da Assistência Estudantil, no sentido de lutar para viabilizar outros direitos sociais dos estudantes historicamente, excluídos do processo formativo, notamos que as condições humanas de trabalho tem limitado o nosso trabalho.

Podemos afirmar, portanto, que o número de servidores não acompanhou a expansão de matrículas, devido aos restritos recursos orçamentários destinado a Política

de Educação Profissional e Tecnológica. Dessa forma, o exercício profissional das Assistentes Sociais no espaço da Educação Profissional e Tecnológica não está isento dos rebatimentos decorrentes do projeto neoliberal, no qual o Brasil se inscreveu, e dos seus fatores desencadeadores como: cortes exorbitantes nos gastos públicos; privatizações; aumento vertiginoso do desemprego e das desigualdades sociais (BEHRING, 2008).

Sabemos que o trabalho junto à Assistência Estudantil é fundamental para a construção de uma política de direito dos estudantes, na medida em que garante a destinação de recursos específicos para a operacionalização das ações estudantis, articuladas às atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFMT. No entanto, devido à falta de investimentos, as Políticas Estudantis são seriamente afetadas, prejudicando a inserção dos estudantes que necessitam dos auxílios para permanecerem na instituição. Assim as profissionais do Serviço Social se veem na difícil tarefa de selecionar os estudantes mais necessitados, dentro dos já necessitados.

Vale ressaltar que as ações da Assistência Estudantil no IFMT não se restringem à distribuição de bolsas, ou seja, não se limita ao caráter seletivo para recebimento dos auxílios estudantis, envolve também o desenvolvimento de ações do Programa Universal de modo a contribuir com a formação integral, prevenir a situação de evasão escolar e promover a permanência e êxito dos discentes. É importante destacar às ações universais devem ser desenvolvidas a todos os estudantes regularmente matriculados na instituição por meio do: acolhimento e acompanhamento social, psicológico e pedagógico, prevenção e promoção à saúde e qualidade de vida, incentivo as atividades esportivas, de lazer e culturais, seguro escolar, monitoria didática, participação em eventos e de formação político estudantil.

Não podemos deixar de considerar que o desenvolvimento dessas ações requer um trabalho cada vez mais coletivo e com o envolvimento de toda a Comissão Local de Assistência Estudantil, no sentido de contribuir efetivamente para a permanência dos estudantes, visto que tomamos conhecimento a partir do nosso exercício profissional que o auxílio financeiro por si só não garante que os estudantes permaneçam estudando, a prova disso consiste no número de evasões que embora não seja alto, ainda exista. Consideramos também que o exercício das profissionais encontra-se inserido num contexto político-ideológico marcadamente impactado pela ofensiva neoliberal, que por sua vez, geram vários desafios para o processo de permanência dos estudantes nessa

renomada instituição de ensino.

Como consequência do ataque neoliberalista houve uma intensificação nos processos de cortes dos investimentos da área social e, em especial na Educação Profissional e Tecnológica, atingindo diretamente a Política de Assistência Estudantil, a qual passa a ser cada vez mais focalizada e seletiva, gerando assim efeitos nefastos para a população carente que depende dos serviços sociais de cunho educacionais. Além da questão financeira, o neoliberalismo também impacta na contratação de mais Assistentes Sociais para atendimento das demandas estudantis.

Inserida nesse cenário neoliberalista, o IFMT oferta Ensino Médio, Subsequente, Superior e Pós graduação *latu e stricto sensu*, tem sofrido com os investimentos cada vez menores, apresentando dificuldades para desenvolver o tripé: ensino, pesquisa e extensão, o que, conseqüentemente, prejudica todo o processo de formação dos estudantes, que requer entre outros aspectos, investimentos na contratação de professores e na melhoria dos nos seus laboratórios.

Diante do exposto nesse breve relato de experiência, consideramos de grande relevância os avanços conquistados como a implantação da Assistência Estudantil em 2012 e sua respectiva regulamentação como política em 2017, no entanto, acreditamos que o exercício profissional das Assistentes Sociais no IFMT precisa avançar, ou seja, atuar para além da gestão e execução do PNAES, no sentido de atuar em outras demandas frutos das expressões da questão social que se manifestam no ambiente escolar.

A partir das duas experiências de trabalho, observamos que o exercício profissional das Assistentes Sociais no IFMT é desafiador, não só pelas condições financeiras, mas também pelas condições humanas requerendo, por sua vez, uma leitura mais ampliada da realidade por meio da apropriação do conhecimento crítico para enfrentar as novas requisições que o sistema capitalista impõe à Educação Profissional e Tecnológica. Inclusive que os desafios sejam muitos nesse espaço ocupacional, ressaltamos que o percurso diretivo é a constante luta pela viabilização e ampliação dos direitos sociais, com o fortalecimento da Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFMT.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: mar. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:

<www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em nov. 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo-SP: Cortez, 2008.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para o debate do Serviço Social na educação**. Grupo de Trabalho de Educação. Brasília: DF, 2011. Disponível em <www.cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>. Acesso em nov. 2017.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico operativa do exercício profissional**. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos* (Orgs). Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012. p. 39-68.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital e fetiche**: capitalismo financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo-SP: Cortez, 2008.

IFMT. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Instrução Normativa nº 02 de 24 de janeiro de 2012. Institui e normatiza o Programa de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Mato Grosso.

IFMT. **Resolução nº 094, de 18 de outubro de 2017**. Instituí a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Disponível em: < <http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/comissao-central-permanente-de-assistencia-estudantil-do-ifmt-ccpae/>>. Acesso em: mar. 2020.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 9. ed. São Paulo-SP: Boitempo, 2005.

MOTA, Tatiane Eloize Furyama. **Tendências e perspectivas da permanência estudantil na UFMT**: entre a afirmação de direitos e a bolsificação de necessidades. 2018. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018. Disponível em <<https://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/689fd1487b23626f2ed9f74e5cda54a9.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

PAURA, Simone Giglio. O Serviço Social na Educação Superior. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. (Orgs). *Serviço Social e Educação*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 113-129.

Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica SETEC/MEC. Plataforma Nilo Peçanha. Brasil. Disponível em <

<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2018.html>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica SETEC/MEC. Plataforma Nilo Peçanha. Brasil. Disponível em<
<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

SILVA, Marcela Mary José da. (Org). **O lugar do Serviço Social na educação**. In: SILVA, Marcela Mary José da. Serviço Social na Educação: teoria e prática. Campinas: Papel Social, 2012, p. 15-31.

TORRES, Mabel Mascarenhas. **Exercício Profissional**: analisando a dimensão técnico operativa e as atividades desenvolvidas. I Colóquio Internacional IV Colóquio Nacional Sobre o trabalho do/a Assistente Social – trabalho e formação profissional do/a Assistente Social no Brasil e no mundo: desafios contemporâneos. Maceió, 2017.